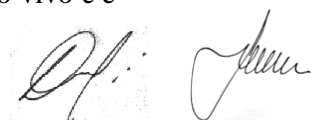


**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2017 DA REVISÃO DO  
PLANO DIRETOR DE GOIÂNIA - SEGUNDA PARTE.**

Aos treze dias do mês de novembro de dois mil e dezessete, com início previsto para as treze horas e trinta minutos, na Escola Superior de Advocacia, localizada na Rua Cento e Um, número cento e vinte e três, Setor Sul, Goiânia, reuniram-se os membros da Comissão Executiva do Plano Diretor, o Coordenador Geral da Comissão Executiva do Plano Diretor e Superintendente de Planejamento Urbano e Gestão Sustentável, Henrique Alves Luiz Pereira, e diversos segmentos da sociedade organizada, conforme assinatura em lista de frequência, em atendimento ao Chamamento publicado no *blog* do Plano Diretor de Goiânia <<http://goianiadofuturo.blog/>> e em Jornal de grande circulação, no dia doze de novembro de dois mil e dezessete, para a primeira Audiência Pública de Revisão do Plano Diretor de Goiânia, promovida pela Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação, com a finalidade de deliberar sobre a mencionada revisão. Esta primeira audiência foi dividida em quatro etapas, a primeira aconteceu na parte da manhã, do mencionado dia, a segunda no período da tarde desta data e a terceira e quarta parte serão no dia seguinte, no período da manhã e da tarde, respectivamente. A audiência teve como pauta, nesta segunda parte, apresentações de dois eixos do Plano Diretor pelos seus respectivos coordenadores, seguido por debates. A audiência iniciou às treze horas e quarenta e oito minutos. Henrique Alves fez a abertura da segunda parte da 1ª Audiência Pública da Revisão do Plano Diretor, convidando a Coordenadora do Eixo Estratégico de Gestão Urbana Marta Horta Figueiredo de Carvalho para a apresentação do seu Eixo. Marta Horta contou como chegou a Goiânia e como ingressou no serviço público, falou sobre sua formação, fazendo uma explanação de como vive a cidade de Goiânia e dos desafios de coordenar este eixo do Plano Diretor. Segundo Marta, a política urbana tem como “guarda-chuva” o Plano Diretor que estabelece regras em todas vertentes, é a gestão que trata todos os aspectos. Informou que a gestão urbana é um desafio, pois é uma questão urbana e política. A principal ferramenta urbana é o Plano Diretor, juntamente com sua gestão, devendo este ser equilibrado, pois a cidade é um mecanismo vivo e é



Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação  
Comissão Executiva do Plano Diretor

importante que o cidadão tenha o que precisa dentro de sua cidade. A gestão possui a necessidade de sensibilizar para que as ferramentas sejam modernas e capazes de acompanhar as necessidades dos cidadãos. Em seguida, apresentou sua equipe e iniciou a apresentação com o objetivo do eixo, seus princípios, e discorreu sobre a política urbana, Plano Diretor e Gestão. Apresentou os Elementos Estruturadores de uma Gestão Urbana sendo eles: 1. Organização Institucional e Administrativa 2. Articulação e integração das ações: horizontal, no âmbito do poder municipal e vertical, no âmbito estadual e federal. Informou que a Gestão Urbana é sustentada pelo Sistema Municipal de Planejamento, que deve ser capaz de gerenciar, controlar e monitorar a promoção do desenvolvimento do município; consolidar o sistema de atualização normativa; controlar e fiscalizar as ações do governo. Disse que o cenário desejável para a gestão se respalda em: Gestão eficaz; Informação e comunicação de qualidade; Transparência da gestão; Programação expressa no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual, Planos e Programas Setoriais, Estatuto da Cidade; Democracia Participativa; e Instituição do processo permanente de atualização do Plano Diretor e das Ações da Gestão. E se concretiza em: Unidade de Planejamento; Regionalização do território como Unidade Homogênea de Planejamento; Sistema de Modernização Institucional, Administrativa e de Planejamento; Região Metropolitana; Participação Popular. A seguir apresentou o Organograma do Sistema de Modernização Institucional, Administrativa e de Planejamento e a Estrutura Organizacional do Poder Público Municipal respaldada pela Lei Complementar número duzentos e setenta e seis de dois mil e quinze. Informou como se dará o Sistema Municipal de Planejamento explicando que este deverá ser capaz de gerenciar e programar as ações da Gestão Urbana, para tanto, deverá ser definida uma estrutura institucional administrativa local. Sobre o Sistema de Informações Gerenciais informa que o mesmo objetiva apoiar o processo de coordenação das atividades governamentais, referentes aos aspectos territoriais e urbanos; e sobre o Sistema de Controle e Monitoramento, expõe que este objetiva consolidar o planejamento das ações de governo, estabelecendo as prioridades de investimento instituídas no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, para a consecução do Plano de Governo e implementação do Plano Diretor, devendo: Padronizar e sistematizar as informações necessárias à



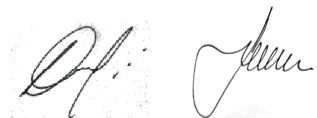
Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação  
Comissão Executiva do Plano Diretor

alocação de recursos e gastos, para todos os eixos estratégicos no período de quatro anos da gestão de governo e no período de dez anos de implementação do Plano Diretor; Alimentar o processo permanente de planejamento das Políticas Públicas Setoriais para a consolidação da Política Urbana; e Acompanhar a execução das ações definidas nos Planos, Programas e Projetos da gestão sobre a Região Metropolitana de Goiânia, capital do Estado. O último tópico apresentado foi sobre a Participação Popular informa que deve ser fortalecida, respaldada e ampliada em todas as instâncias para que se sejam garantidas as ações, levando à consequente eficácia da gestão pública, preparando o cidadão para a vida política e estabelecendo uma nova fórmula de gestão democrática. Finalizada a apresentação, abriu-se para os debates. Maria Ester, arquiteta, servidora de Aparecida de Goiânia, disse que o melhor da administração pública aprendeu com a Marta Horta. Fez duas perguntas: o que você pensa, como gestora pública, das subprefeituras? A segunda questão é que o pulo do gato seria quando você usa da mão de obra mais farta, mais barata, que é o próprio morador da cidade, para que ele se envolva, por exemplo na manutenção das calçadas, na coleta de lixo, e outra contribuição é no momento de monitoramento das ações da gestão, portanto a participação popular deve ter mesmo peso do sistema de planejamento. Adriam Rodrigues, membro do Eixo de Gestão Urbana, explica que às vezes o Plano Diretor é bem feito, porém o que falta são recursos financeiros para execução, então a proposta do Sistema de Planejamento e Monitoramento, vem suprir o que falta hoje na gestão pública municipal. O sistema de informações gerenciais coletará os dados da cidade de forma organizada, seja econômico, ambiental, social e etc., usando essas informações no sistema de monitoramento. Adriam Rodrigues informou ainda que a regionalização existe na lei orgânica e a lei número cento e oitenta e três de dois mil e oito regionalizou em sete regiões o município de Goiânia. Henrique informa que não há necessidade de existir fisicamente essas subprefeituras, até porque hoje em dia o cidadão tem a tecnologia a seu favor, com aplicativos, canais na internet, que é uma forma mais barata para o município, mas que são ferramentas que colocam o cidadão mais perto da gestão. Caíque Thomé, representando o Centro Acadêmico do Curso de Arquitetura, sobre a participação da sociedade tem-se o costume das pessoas de não se mobilizarem para a revisão do plano diretor, a população tem que vim atrás e não reclamar depois de já feito.



Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação  
Comissão Executiva do Plano Diretor

Fala ainda que a prefeitura deve estar mais perto da comunidade. E para concluir quer saber sobre os vários instrumentos citados na apresentação, se tem metodologia já construída e se já tem mais detalhes desses estudos? Marta Horta diz que estão construindo um prognóstico, tentando construir um cenário desejável para a cidade, e que o modelo desejado é uma consequência dessa revisão. Em um primeiro momento o poder público se prepara, faz os levantamentos necessários e submete à apreciação da sociedade e isso foi feito e agora estamos elaborando o prognóstico. Como técnicos temos nossas obrigações, mas estamos construindo um processo, que não é fácil e é de grande responsabilidade. Silmara Vieira, consultora, observou que quem trabalha no setor público tem que fazer acontecer como está sendo desenhado. Informa que seria importante ter um sistema de monitoramento com as universidades que já possuem sistema de rede, bem como outras entidades. Ainda destacou que a participação popular, poderia ser tratada como grade curricular dentro das instituições de ensino. Ozias Vieira, informa que neste ano nunca tiveram reunião com o prefeito, e sempre são questionados se têm um vereador. Informa que querem ser ouvidos. Diz ainda que pela manhã o Secretário Agenor Mariano falou que só procuram participar quando se sentem prejudicados, mas não é verdade. Pergunta ainda qual o setor dentro da prefeitura que recebem as sugestões da população e qual o tempo de resposta? Adriam Rodrigues responde que é importante o cidadão conhecer o seu papel, o vereador tem o seu de fiscalização e fazer leis. A própria sociedade perturba a obrigação do vereador. A população busca um mediador para falar com o prefeito. Informou que a prefeitura tem o seu organograma e a demanda desses pedidos são pelo órgão do prefeito. Mas às vezes pela demanda, há demora do atendimento do órgão. Henrique Alves disse que tem vários canais para o cidadão e pode ser melhorado, o *site*, vai continuar para que as pessoas possam continuar participando da gestão. João de Deus, professor da Universidade Federal de Goiás falou que a questão da participação popular é um grande complicador no Brasil, pois, a sociedade é patrimonialista e a participação popular é muito pequena. Deve-se pensar na regionalização para democratizar e facilitar as questões da prefeitura. Karla Emanuela, professora da Universidade Federal de Goiás, deixou registrado que na apresentação do Plano Diretor esse tema é o mais importante do Plano Diretor, porque é o que vai executar o que os outros estão descrevendo. Talvez as pessoas



Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação  
Comissão Executiva do Plano Diretor

não participam por uma série de fatores: não tem como vir, trabalham, horário ruim, local ruim de difícil acesso. Retomar a participação, efetivar os conselhos, todos têm que participar. Disse ainda da falta de integração dos sistemas de informações, pois ao buscar informações na Prefeitura teve que ir em departamentos diferentes para coletar as informações de que precisava. Adriam Rodrigues disse que o Plano Diretor trata do processo de planejamento, mas que não adianta ter diretrizes bonitas no Plano e não ter o monitoramento e fiscalização das ações, tanto a sociedade como poder público precisam estar engajados para a realização dessa legislação. Henrique Alves informa que foi criado um sistema chamado *Tableau* que consolida informações e dados estatísticos, gerando gráficos e relatórios, uma ferramenta que está nos ajudando muito, fala ainda da importância de se criar um cadastro multifinalitário. De acordo com Adriam Rodrigues é o Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual que decidem o que efetivamente será realizado na cidade. Ele não sabe qual seria o melhor meio para a participação, mas lhe parece importante o Plano de Desenvolvimento e de Governo fazer um cronograma de execução casada. Weldes Medeiros, servidor público municipal, representando o Movimento e Ação, disse que na questão da participação, o órgão gestor não dá força ao Conselho Municipal de Políticas Urbanas, que este não tem participação, pois são conselhos que não tem jeton, que falta vontade política para ativar este Conselho, o qual teria participação importante na revisão do Plano Diretor. O Plano Diretor há dez anos atrás está igual a esse, que deveria ser elaborado de fora para dentro e não de dentro para fora como está sendo feito. Acha que os mutirões não são uma ferramenta de gestão, pois na prática é como passar um “batom” nos bairros. Uma pessoa que mora no Jardim do Cerrado e ter que ir ao paço municipal é complicado, acha que a prefeitura deve ser descentralizada para que a população tenha mais acesso. Adriam Rodrigues informou que para compor o Conselho Municipal de Políticas Urbanas tem que apresentar uma série de documentos exigidos pelo município e são esses documentos que estão atrasando a formação do mencionado Conselho. É por questão documental. Marcileno Oliveira do Movimento SOS Centro, disse que o que desmotiva as pessoas a participarem de eventos como esses é que não vêm a aplicação da lei. Ressaltou ainda que o Secretário Municipal de Planejamento deveria estar presente. Perguntou se o grupo que



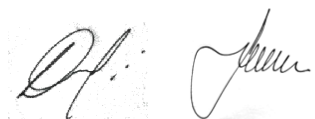
Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação  
Comissão Executiva do Plano Diretor

compõe essa Comissão permanecerá após a publicação da lei. Henrique afirmou que esse grupo será permanente e que acompanhará o monitoramento do Plano Diretor, mas que isso depende da Câmara também. Maria Angélica, do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás, disse que tudo que tem visto é traz impacto direto na vida do cidadão da região metropolitana, e pergunta como será discutida a questão da redução da desigualdade social e a questão do adensamento e vazios urbanos em Goiânia?. Yasmim, arquiteta e urbanista, perguntou o que a equipe de gestão pensa sobre os planos de bairros estarem integrados no Plano Diretor? Os dados estão sendo disponibilizados? E como será feito? Caíque Thomé, questionou se vai ser levado em conta as considerações feitas, se não, o porquê? Destacou que quer a participação do Conselho Municipal de Políticas Urbanas, entidades de classe, bem como os movimentos sociais e Organizações Não Governamentais. Afirmou que o lançamento de uma cartilha, seria de mais fácil entendimento para população, como foi feito anteriormente, é imprescindível. Marta Horta, informou que o Plano de Bairro será tratado no Plano de Desenvolvimento Humano. Henrique disse que em relação às considerações do Caíque Thomé será dado uma resposta mais no texto final do Plano Diretor e a cartilha somente quando tiver o texto final. Marta informou que o Eixo de Desenvolvimento Econômico e Social tratará as questões impostas pelo Sr. Ozias Vieira. Silmara Vieira pede que seja registrado sobre os Planos de Bairros. Henrique falou que isso será tratado no Eixo de Desenvolvimento Humano. Em seguida, convidou o Coordenador do Eixo Estratégico de Mobilidade, Acessibilidade e Transporte, Sérgio Edward Wiederhecker. Este apresentou sua equipe e iniciou a apresentação com prognóstico do Eixo, após fazer um relato da legislação existente sobre o tema, como: Constituição Federal, do ano de mil novecentos e oitenta e oito; Estatuto da Cidade, do ano de dois mil e um; Plano Diretor, do ano de dois mil e sete; Estatuto do Pedestre, do ano de dois mil e oito; Lei da Mobilidade, do ano de dois mil e doze; Decreto número três mil e cinquenta e sete, do ano de dois mil e quinze. Apontou os princípios do Plano Diretor, do ano de dois mil e sete e da Lei da Mobilidade, do ano de dois mil e doze que são: Priorização dos transportes coletivos sobre os individuais; Priorizar na via a segurança, qualidade de vida, e integração territorial; Mobilidade e acessibilidade universais; Assegurar a integração entre os modais. Discorreu ainda sobre a ocupação do território



Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação  
Comissão Executiva do Plano Diretor

urbano, a poluição das frotas e apresentou gráficos e dados sobre o assunto em comento. Segundo o Sérgio, os princípios são recuperar a função social da rua, como espaço público; Equilibrar o uso do espaço da via: mais espaço para o transporte público, para o pedestre e o ciclista (Alargar, padronizar e desobstruir calçadas; Arborizar calçadas; Estimular o uso misto e a fachada ativa); Reordenar o espaço e as atividades urbanas, de forma a reduzir as necessidades de deslocamento motorizado e seus custos; Melhorar a qualidade, o conforto, a segurança e a eficiência do transporte público, tornando-o mais atraente; Estimular os aplicativos visando à redução das necessidades de deslocamento; Adotar zona 40km/h em outros pontos adensados da cidade; Intensificar campanhas e programas educacionais de cidadania e paz no trânsito; Lei das calçadas (Plano emergencial de calçadas - Lei oito mil, novecentos e trinta e sete do ano de dois mil e quinze; Novos parcelamentos com toda infraestrutura, incluindo as calçadas); Estimular a adoção de Planos de Mobilidade Corporativos nas empresas, nas escolas e na administração pública; Participação Social nas decisões e gestão das políticas urbanas; Corredores exclusivos (Desobstrução e integridade; Pavimentação; Calçada; Monitoramento; Segregação desprovida de grade; Pontos de ônibus seguros, confortáveis; Sinalização completa: horizontal, semaforica (veículos e pedestre) e vertical; Substituir ciclofaixas por ciclovias; Desenvolver Plano de Logística (Rotas e corredores; Pátios de integração armazenamento e transbordo; Escala de horários; Consolidação do anel viário;) Desenvolver Plano de Endereçamento Postal (Integração com o CEP Correios; Nomenclatura viária e numeração oficial); Fiscalização e monitoramento efetivo do trânsito (Licitação do serviço de guincho, Parquímetros e aplicativo de gestão de estacionamento em todos os polos adensados); Identificar, mapear e sinalizar as rotas emergenciais. Depois da apresentação, foi aberto os debates, às dezesseis horas e cinquenta e dois minutos, com prazo de três minutos para perguntas. Maria Ester do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, informou que esteve no lançamento do Plano de Mobilidade de Goiânia, e o grupo vencedor da licitação apresentou um plano bem detalhado. Em sua opinião, a pesquisa origem-destino, deveria estar no plano, tendo em vista ser uma pesquisa de grande importância, para mapear as novas centralidades de Goiânia. Entende que muito do que foi dito está contemplado no Plano, mas faltou implementar. Enfatizou a ausência de lideranças políticas. Maria Ester, cita que São Paulo



Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação  
Comissão Executiva do Plano Diretor

fez um desestímulo ao uso do automóvel, e não notou isso na revisão Plano Diretor. Silmara Vieira reforçou a pergunta sobre a matriz origem e destino, uso do solo real, uso do solo em potencial e uso do solo em realidade, gostou das propostas apresentadas pelo coordenador Sérgio. Henrique Alves diz que em relação ao Plano de Mobilidade pôde acompanhar no início deste ano, enfatizou a importância deste para o município, porém era um contrato de valor alto e como a prefeitura no começo do ano estava sem recursos financeiros para manter o contrato, ele foi rescindido. Informou que parte do Plano de Mobilidade foi entregue, o estudo ciclovitário. Sérgio Wiederhecker, reforça a fala do coordenador geral, sobre os problemas financeiros que induziram para a rescisão de contrato do Plano Mobilidade. Opinou que a outorga onerosa, não é apenas um freio, ela é também uma forma de melhorar a infraestrutura, arrecadando para implementar melhorias, inclusive na implantação de corredores exclusivos. Afirmou que não se pode ter um transporte coletivo de qualidade, sem que aja segurança para a população. Senivaldo, do Novo Partido Democrático e da Associação Nacional de Transportes Públicos, acha que tem de se pensar em uma cidade mais ousada e compacta, mas isso tem um custo. Se tiver que levar para a Câmara, tem que levar uma proposta para melhoria. Hugo, Analista de Sistemas, disse que no Rio de Janeiro tem empresas de telefonia com parceria com a prefeitura criaram o *Start Up mobiLabi*, que é um aplicativo direcionado a mobilidade. Existe algum incentivo para melhorar o cenário de uso do transporte público? E os parquímetros? E a questão da segurança, quem são os responsáveis por essa segurança? Sérgio Wiederhecker informa que engenharia do tráfego consegue resolver isso. Hugo diz que em relação à segurança precisa investir em educação e reduzir as desigualdades, com acesso aos bens e serviços com igualdade e oportunidade para todos. Danhara, da Arquidiocese de Goiânia, diz que gostou da palestra, mas tem que pensar na mobilidade do pedestre, porque amanhã ela pode ser uma cadeirante e depois um idoso, e pergunta o que está previsto na legislação. A questão da educação e conscientização no trânsito não é só aplicar as multas. Roni, professor da Engenharia de Goiás e Transportes, pronunciou que concorda com muitas coisas ditas, diz ainda que ser pedestre e cadeirante no Brasil é muito difícil. E o Ministério das Cidades cobra planos de mobilidade. Luciano Caixeta, professor e arquiteto urbanista, ressaltou que os próximos 10 anos não passarão despercebidos como





Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação  
Comissão Executiva do Plano Diretor

foi o plano anterior. É impossível falar de mobilidade sem falar de uso do solo, pois se pensamos dezesseis pessoas por lote, dobramos a população de Goiânia. Pensando assim com a malha viária que temos hoje, como foi ministrado, a prefeitura não tem dinheiro para investimentos, a prefeitura teria como tratar a malha urbana hoje? Marcelo Safadi, da Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos, observou que um debate como esse mostra a dificuldade de implementar a política pública, o que vocês fizeram foi o desenho que temos hoje. São muito louváveis as sugestões impostas aqui, porque é melhor que zero, e vocês são muito inovadores. Resumindo o que tem de focar mesmo é que o transporte coletivo funcione. Acha que a outorga não funcionou porque ela é barata. A sua sugestão é ter um procedimento para o todo, padronizar. Sergio Wiederhecker respondeu a Danhara que a preocupação do pedestre foi o primeiro ponto discutido e está no Plano Diretor que preconiza por exemplo o Plano de Calçadas, mas que nunca foi aplicado. Sergio Wiederhecker explicou que em outros países quem anda a pé ganha dinheiro, passa a carteirinha e ganha dinheiro, nós lamentamos não ter dinheiro para ter o fechamento da pesquisa O.D. e disse que vai considerar a opinião do participante Roni. Ainda respondeu ao Luciano Caixeta, que se esse Plano Diretor sair bom e se fosse aprovado com uma qualidade boa seria ótimo. Mas cada goianiense tem de acompanhar. O ônibus fretado é um modal, não dá para acabar com o automóvel, mas a discussão de ônibus fretado está aí e tem que ouvir as propostas, fazer uma divisão de ocupação na cidade, pois está no caminho do desastre. Como nada mais foi dito o coordenador geral Henrique Alves Luiz Pereira agradeceu a presença, participação e a colaboração de todos e convidou-os para a terceira etapa das apresentações, que será no período da manhã, do dia catorze de novembro de dois mil e dezessete, e declarou encerrada a segunda etapa da Audiência Pública de Revisão do Plano Diretor às dezoito horas e três minutos. Nós, Clésia de Jesus do Nascimento Oliveira e Nathan Araújo Mendonça e Simone do Nascimento Costa, lavramos a presente ata, que assinamos juntamente com Henrique Alves Luiz Pereira, Coordenador Geral da Comissão Executiva do Plano Diretor e Janamaina Costa Bezerra de Azevedo, Coordenadora Operacional da referida Comissão.

